



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
COORDENADORIA DE ENSINO – COE
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

ÉRICO CORREIA DE ALCÂNTARA

**GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO EM PERÍCIA CRIMINAL: Um estudo sobre a
produção de dados para o relatório do SINAB na SPTC-GO**

GOIÂNIA – GO

2025



ÉRICO CORREIA DE ALCÂNTARA

GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO EM PERÍCIA CRIMINAL: um estudo sobre a produção de dados para o relatório do SINAB na SPTC-GO

Artigo científico apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública - CEGESP, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás - SSP e pela Universidade Estadual de Goiás - UEG, sob a orientação da Prof^ª. Ma. Bárbara Dumas Santos Silva e coorientação da Prof^ª Ma. Cyntia Cristina da Rocha.

GOIÂNIA – GO

2025

**GOVERNANÇA DA INFORMAÇÃO EM PERÍCIA CRIMINAL: um estudo sobre a
produção de dados para o relatório do SINAB na SPTC-GO**
**INFORMATION GOVERNANCE IN FORENSIC SCIENCE: A Study on Data Production
for the SINAB Report at SPTC-GO**

Érico Correia de Alcântara*
Cynthia Cristina da Rocha**
Barbara Dumas Santos Silva***

Resumo: Este estudo investiga os principais entraves enfrentados pela Superintendência de Polícia Técnico-Científica do Estado de Goiás (SPTC-GO) na elaboração do relatório semestral do Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB), com ênfase na governança da informação. A pesquisa identificou falhas estruturais na gestão de dados, sobretudo no sistema ODIN e na ferramenta de Business Intelligence (Qlik Sense), cujas funcionalidades são subutilizadas devido à falta de capacitação dos usuários e à ausência de fluxos institucionais claros. A metodologia adotada foi qualitativa e exploratória, com uso de entrevistas estruturadas e análise de conteúdo. A partir da comparação com centrais estaduais que se destacam na entrega dos relatórios, o estudo revelou que a ausência de acesso autônomo aos dados e a fragmentação institucional comprometem a completude e a tempestividade das respostas. Os resultados indicam que a deficiência não está na tecnologia disponível, mas na inexistência de uma política de governança da informação que oriente o uso estratégico dos dados. Conclui-se que, com ajustes nos fluxos de acesso, capacitação continuada dos servidores e fortalecimento da cultura de uso da informação, a SPTC-GO pode alcançar maior maturidade informacional e contribuir de forma mais efetiva para a gestão pública em segurança.

Palavras-chave: Governança da Informação; SINAB; Perícia Criminal; ODIN; Segurança Pública.

Abstract: This study investigates the main challenges faced by the Scientific Police Superintendency of Goiás State (SPTC-GO) in preparing the biannual report for the National Ballistics Analysis System (SINAB), focusing on information governance. The research identified structural flaws in data management, especially within the ODIN system and the Qlik Sense Business Intelligence platform, both underutilized due to insufficient user training and unclear

* Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Brasília (UnB-2013). Especialista em Algoritmos e Estruturas de Dados Orientado a Programação pela Faculdade Focus (2024). Perito Criminal da Superintendência de Polícia Técnico Científica de Goiás (SPTC-GO) desde 2016. E-mail:ericocalcantara@gmail.com

** Mestre em Agroquímica, com ênfase em Química Analítica, pelo Programa de Pós-graduação em Agroquímica da Universidade Federal de Viçosa (UFV-2014). Graduada em Química-Modalidade Bacharelado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV-2012). Perita Criminal da Superintendência de Polícia Técnico Científica de Goiás (SPTC-GO) desde 2017. Coorientadora do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (SSP-GO/UEG). E-mail: cyntiacristina.rocha@gmail.com

*** Mestre em Biologia, com ênfase em Biologia Celular e Molecular, pelo Programa de Pós-graduação em Biologia da Universidade Federal de Goiás (UFG-2011). Graduada em Ciências Biológicas-Modalidade Licenciatura pela Universidade Estadual de Goiás (UEG-2008). Perita Criminal da Superintendência de Polícia Técnico Científica de Goiás (SPTC-GO) desde 2010. Orientadora do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (SSP-GO/UEG). E-mail: dumas.barbara@gmail.com.

institutional workflows. A qualitative, exploratory methodology was employed, including structured interviews and content analysis. By comparing Goiás with high-performing SINAB centers, the study revealed that the lack of autonomous data access and institutional fragmentation hinder report accuracy and timeliness. Findings show that the core issue lies not in technological limitations but in the absence of a structured information governance framework to guide strategic data use. The study concludes that improving access flows, offering continuous staff training, and fostering a data-driven culture could enable SPTC-GO to reach greater informational maturity and play a more effective role in public safety management.

Keywords: Information Governance; SINAB; Forensic Science; ODIN System; Public Security.

1. INTRODUÇÃO

A gestão da informação no contexto da segurança pública tem se tornado um pilar estratégico para a produção de conhecimento e para a tomada de decisões mais eficazes na administração pública (Antunes et al., 2021; Capuano, 2008). A partir da criação do Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB), instituído pelo Decreto n.º 10.711, de 2 de junho de 2021, os laboratórios de balística forense dos estados brasileiros passaram a desempenhar papel fundamental na integração de dados balísticos, com o objetivo de identificar correlações entre crimes cometidos com armas de fogo. No estado de Goiás, a Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC-GO) implantou duas centrais do SINAB: em Goiânia, capital do estado, e em Luziânia, no entorno sul do Distrito Federal. A atuação destas centrais no SINAB resultou na produção de dados relevantes à segurança pública, exigindo eficiência na coleta e sistematização de informações.

Contudo, a produção dos relatórios exigidos pelo Comitê Gestor do SINAB, que começou em 2023 no estado de Goiás, ainda atualmente enfrenta entraves consideráveis, decorrentes não apenas de limitações técnicas do Sistema de Informações de Criminalística (ODIN), mas também de dificuldades relacionadas à atuação dos usuários no registro de informações e de exigências formuladas pelo próprio Comitê Gestor do SINAB, que nem sempre se adequam aos fluxos temporais dos procedimentos periciais. Esses fatores impactam negativamente a agilidade, a abrangência e a precisão da produção das informações estatísticas necessárias à elaboração dos relatórios.

Esse cenário aponta para a necessidade de aprimoramento dos processos de gestão do conhecimento no âmbito da criminalística goiana, sobretudo no tocante ao gerenciamento de dados que são de interesse para a produção e análise de estatísticas úteis à formulação de políticas públicas. Assim, a pesquisa proposta buscou enfrentar tal problemática, a partir da identificação de práticas adotadas por centrais consideradas como destaque na elaboração dos relatórios do SINAB, na expectativa de propor soluções aplicáveis à realidade da SPTC-GO, considerando as limitações estruturais e tecnológicas existentes.

O objetivo geral deste estudo foi o de investigar os principais fatores que dificultam o preenchimento do relatório institucional por parte da Superintendência de Polícia Técnico-Científica do Estado de Goiás (SPTC-GO), concentrando a análise na estrutura informacional

existente, considerando os sistemas internos utilizados, os fluxos operacionais estabelecidos e a governança da informação no âmbito da instituição. segurança. Os objetivos específicos incluíram: (i) compreender o funcionamento dos sistemas utilizados pelas centrais de destaque nacional; (ii) identificar necessidades de aprimoramento dos sistemas institucionais e capacitação de usuários dos sistemas institucionais; e (iii) avaliar a pertinência de ajustes nos formulários e exigências do relatório, considerando o fluxo pericial.

Partiu-se de um raciocínio dedutivo para a realização da pesquisa, em que a observação de experiências consolidadas em unidades do SINAB consideradas como destaque nacional na produção dos relatórios serviu de base para a formulação de propostas aplicáveis à realidade da SPTC-GO. Adotou-se uma abordagem qualitativa, adequada para a interpretação de processos institucionais relacionados à gestão da informação e conhecimento.

A pesquisa-ação foi empregada como estratégia, permitindo a participação ativa do pesquisador na identificação dos problemas enfrentados pelas centrais do SINAB em Goiás e na construção conjunta de soluções junto aos usuários do sistema ODIN e à gestão institucional. O levantamento de dados envolveu análise documental, entrevistas estruturadas com administradores locais e análise crítica das informações extraídas do sistema institucional, categorizando-se os problemas conforme sua origem (usuários, sistema institucional ou Comitê Gestor) e a natureza das informações necessárias para a produção dos relatórios.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: no segundo capítulo, serão apresentados os aportes teóricos que embasam a pesquisa, com destaque para o histórico da criação do SINAB, a relevância dos processos de gestão de dados e a apresentação de avanços tecnológicos na criminalística. O terceiro capítulo detalhará os procedimentos metodológicos adotados. Em seguida, o quarto capítulo apresentará os resultados obtidos e suas análises. Por fim, o quinto capítulo reunirá as considerações finais do estudo, com apontamentos relacionados aos objetivos delineados.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. O Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB) e a Gestão da Informação

O Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB) foi instituído pelo Decreto nº 10.711, de 2 de junho de 2021, no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Trata-se de uma política pública de abrangência nacional, voltada à integração e padronização dos sistemas de identificação balística operados pelas unidades da federação e pela Polícia Federal. Sua principal finalidade é realizar comparações automatizadas entre projéteis e estojos de munições relacionados a crimes com armas de fogo, permitindo estabelecer conexões entre ocorrências que, à primeira vista, não guardariam relação entre si (BRASIL, 2021).

O funcionamento do SINAB se dá por meio da utilização de Sistemas de Identificação Balística (SIBs), equipamentos dotados de comparadores balísticos automatizados e *softwares* integrados, capazes de registrar imagens tridimensionais dos elementos de munição e realizar buscas em bancos de dados nacionais. Os dados gerados são armazenados no Banco Nacional de Perfis Balísticos (BNPB), que permite a consulta e o cruzamento das informações entre os entes federativos, promovendo uma investigação criminal mais eficaz e baseada em evidências materiais.

A criação do SINAB representou uma mudança de paradigma na balística forense brasileira. Antes de sua implementação, muitos estados não dispunham de tecnologia compatível para a comparação digital automatizada de elementos balísticos, operando com microscópios ópticos convencionais. Com o advento do SINAB, as perícias em balística deixaram de ser exclusivamente reativas — realizadas apenas sob demanda de delegacias ou promotores — e passaram a ter caráter proativo, permitindo a identificação de correlações entre crimes de maneira autônoma e sistemática.

Embora o impacto tecnológico do sistema seja indiscutível, sua implementação revelou desafios estruturais e gerenciais consideráveis para os estados. Além da necessidade de adaptação da infraestrutura e treinamento de pessoal, o SINAB exige a produção e o envio de relatórios anuais padronizados, que consolidam os dados operacionais das centrais balísticas estaduais. Essa exigência, definida por meio de normativos e manuais técnicos emitidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), tem revelado fragilidades institucionais, especialmente no que diz respeito à gestão dos sistemas informacionais locais.

Nesse contexto, a governança da informação emerge como um elemento crítico para o sucesso do SINAB enquanto política nacional. A capacidade de gerar, organizar, acessar e reportar dados confiáveis depende não apenas da existência de plataformas tecnológicas, mas também da maturidade institucional das unidades periciais estaduais.

2.2. A Superintendência de Polícia Técnico-Científica de Goiás e o Sistema ODIN

A Superintendência de Polícia Técnico-Científica de Goiás (SPTC-GO) é o órgão estadual responsável pela produção de provas técnico-científicas no âmbito da persecução penal. No início dos anos 2000, os registros periciais ainda eram predominantemente manuais, com laudos digitados em editores de texto e arquivados fisicamente. A evolução tecnológica, no entanto, impulsionou mudanças significativas nos fluxos de produção e armazenamento da prova pericial.

Com o objetivo de modernizar os processos, a SPTC-GO desenvolveu, em 2018, o Sistema ODIN, que substituiu sistemas antigos como o SAPLIC e o ICWeb. O ODIN passou a centralizar a produção de laudos, o controle de vestígios e a gestão da cadeia de custódia em uma única plataforma digital. Além disso, passou a operar com integração ao Registro de Atendimento Integrado (RAI), promovendo interoperabilidade entre as forças de segurança pública estaduais (SPTC-GO, 2018).

Em sua versão mais recente, o sistema tem buscado melhorar a experiência do usuário, incluindo vinculações com RGs legados e expandir a gestão sobre ocorrências e perícias (SPTC-GO, 2024). Sistemas como o ODIN têm características alinhadas ao conceito de sistemas sociotécnicos, nos quais a informação não depende apenas da tecnologia, mas da articulação entre pessoas, processos e estrutura organizacional (Alavi; Leidner, 2001; Reisswitz, 2012).

O caso do ODIN também se destaca por sua capacidade de geração de dados estruturados, o que o torna uma ferramenta potencial de apoio à gestão estratégica. Sua organização favorece o cruzamento de dados e a produção de indicadores, desde que inserido em uma política institucional orientada por dados.

2.3. Governança da Informação no Setor Público

A produção e o uso de dados estratégicos têm ganhado centralidade na administração pública contemporânea, especialmente nas áreas de segurança pública e perícia criminal, cujos processos decisórios são cada vez mais orientados por evidências. As transformações tecnológicas das últimas décadas impuseram mudanças profundas na forma como os dados são produzidos, armazenados e utilizados nas organizações. No setor público, o investimento em sistemas

informatizados é considerado indispensável para garantir maior eficiência, transparência e responsividade (Silva, 2016; ENAP, 2019).

No campo da perícia criminal, a digitalização permitiu a superação de práticas manuais de registro e armazenamento de laudos, substituídas por plataformas informatizadas mais seguras e integradas.

A governança da informação refere-se ao conjunto de práticas, processos e estruturas institucionais que visam garantir a qualidade, segurança, acessibilidade e utilização estratégica dos dados em uma organização (Alavi; Leidner, 2001). No setor público, esse conceito tem sido amplamente discutido diante do crescimento de sistemas informacionais e da crescente pressão por políticas baseadas em evidências.

No setor público, o desafio de consolidar uma governança da informação é ainda mais acentuado, dada a presença de estruturas fragmentadas e políticas institucionais pouco claras quanto à responsabilidade sobre os dados. Conforme destaca Davenport (1998), a informação só tem valor quando é acessível, contextualizada e fluida dentro da organização — aspectos frequentemente comprometidos quando há barreiras de acesso, ausência de treinamento e descontinuidade na gestão do conhecimento.

Nesse sentido, autores como Borodako et al. (2023) propõem o conceito de “maturidade informacional”, indicando que o uso estratégico de dados depende de fatores como prontidão tecnológica, orientação para inovação e cultura organizacional. Marchand, Kettinger e Rollins (2001) complementam essa visão ao afirmar que a verdadeira contribuição dos sistemas de informação ocorre quando estão integrados às práticas gerenciais e à cultura de responsabilidade sobre o uso dos dados.

Na área de segurança pública, a governança da informação é particularmente desafiadora. Estudos como o de Moreira e Bax (2024) demonstram que a implementação de inteligência institucional depende não apenas da existência de sistemas informatizados, mas da sua integração com as rotinas de gestão e com o planejamento estratégico das organizações. O uso de dados na formulação de políticas, na alocação de recursos e na prestação de contas exige maturidade institucional, clareza de papéis e responsabilização por resultados (Marchand; Kettinger; Rollins, 2001).

Especificamente no campo da perícia criminal, observa-se um déficit de estudos que analisem a governança da informação sob a ótica dos sistemas internos de produção da prova. A

maioria das análises ainda se concentra nos sistemas policiais ou judiciais, o que reforça a necessidade de ampliar o debate para o papel da informação pericial na estruturação de políticas públicas de segurança.

No campo da análise de dados, ferramentas de *Business Intelligence* (BI), como o painel Qlik Sense em uso na Secretaria de Segurança Pública de Goiás, têm sido cada vez mais utilizadas na administração pública para permitir visualizações interativas, cruzamentos dinâmicos e extração de indicadores estratégicos. De acordo com Watson e Wixom (2007), o BI só agrega valor institucional quando articulado à cultura de uso de dados e à responsabilização por resultados. Sem essa cultura, mesmo plataformas robustas permanecem subutilizadas.

Do ponto de vista crítico, Lima, Sinhoretto e Bueno (2015) afirmam que as práticas de segurança pública no Brasil ainda oscilam entre a retórica da centralização e a realidade da fragmentação operacional. O uso de sistemas, embora tecnologicamente avançados, tendem a replicar tais limitações quando não são acompanhados de investimentos em gestão da informação e responsabilização por resultados.

A literatura revisada demonstra que o uso de sistemas de informação para produção de dados na segurança pública é uma estratégia promissora, mas ainda marcada por desafios estruturais. Essa perspectiva sustenta a problemática da pesquisa e reforça a relevância de estudos que investiguem os fatores que facilitam ou dificultam a conversão de dados periciais em inteligência institucional. Ao conectar os campos da gestão pública, da tecnologia e da segurança, o presente trabalho busca contribuir com a consolidação de um modelo analítico mais robusto para a produção de evidências no âmbito da perícia criminal brasileira.

3. METODOLOGIA

3.1. Caracterização da pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza aplicada, voltado à proposição de soluções para um problema específico enfrentado pela Superintendência de Polícia Técnico-Científica de Goiás (SPTC-GO), no âmbito das centrais LABAL e SBFL, relacionadas à produção do relatório semestral do Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB).

A abordagem metodológica adotada é qualitativa, uma vez que se busca compreender, de maneira interpretativa, os fatores que influenciam a produção e extração de informações para o relatório institucional. Segundo Minayo (2010), a abordagem qualitativa é apropriada para a investigação de processos sociais complexos, como aqueles que envolvem fluxos informacionais e estruturação institucional.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, conforme definição de Gil (2002), por permitir maior familiaridade com o problema investigado e possibilitar sua explicitação e desdobramento. O estudo fundamenta-se em raciocínio dedutivo, partindo de premissas gerais sobre o desempenho de outras centrais estaduais consideradas como destaque na entrega do relatório, para verificar a aplicabilidade de soluções similares ao caso da SPTC-GO.

3.2. Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados foi realizada a partir de múltiplas fontes, por meio de triangulação metodológica, envolvendo:

- Levantamento bibliográfico e documental, com consulta a livros, artigos científicos, dissertações, legislações, manuais operacionais e relatórios institucionais relacionados ao SINAB, ao sistema ODIN e à governança da informação na segurança pública;
- Pesquisa de campo, conduzida por meio de entrevistas estruturadas com três grupos de participantes: (1) membro do Comitê Gestor Nacional do SINAB; (2) administrador do sistema no estado de Goiás; e (3) administradores estaduais de centrais consideradas de destaque na entrega do relatório semestral.

As entrevistas seguiram um roteiro padronizado, com perguntas classificadas em três categorias de análise: (a) usuário (perito criminal ou operador local); (b) sistema institucional; e (c) Comitê Gestor. Os participantes foram previamente informados quanto ao caráter confidencial da pesquisa, e garantiu-se o sigilo e o anonimato de suas identidades.

3.3. Análise dos dados

A análise dos dados coletados por meio das entrevistas e documentos foi realizada por duas técnicas complementares:

- Análise de conteúdo, conforme proposta de Bardin (2016), estruturada em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Essa técnica permite a identificação de padrões, categorias e recorrências que sustentam a compreensão qualitativa dos dados, especialmente nas respostas textuais;
- Análise estatística descritiva, quando aplicável, utilizada para mensurar e representar, por meio de quadros e gráficos, a frequência e distribuição dos tipos de problemas identificados em cada categoria analisada (usuário, sistema institucional e comitê gestor), a partir do cruzamento com as perguntas do relatório SINAB.

Adicionalmente, para organização dos dados empíricos, foi construída uma categorização sistemática dos problemas observados. Essa matriz de categorização foi utilizada como eixo para estruturação dos achados e discussão dos resultados, permitindo estabelecer correlações entre os dados coletados e os referenciais teóricos adotados na pesquisa. As interpretações foram ancoradas nas contribuições da literatura sobre governança da informação, gestão pública, interoperabilidade de sistemas e inteligência institucional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Análise geral do formulário-base SINAB e categorização dos problemas identificados

Com o objetivo de sistematizar as dificuldades encontradas durante o processo de produção do relatório em Goiás, após análise detida das questões do formulário e identificação das perguntas que se mostravam como gargalos, realizou-se a categorização dos problemas observados. Essa categorização foi estruturada em três eixos principais, com base nos atores envolvidos:

- Usuários: problemas relacionados à operação e ao registro de informações no sistema ODIN;

- Sistemas Institucionais/Governança da Informação: limitações do próprio sistema ODIN e da ferramenta de *Business Intelligence* (Qlik Sense) utilizada pela Gerência de Inovação (GEIN/SSP-GO) e dificuldades no acesso, disponibilização e suporte para utilização de dados estratégicos;
- Comitê Gestor do SINAB: exigências de dados que dependem de etapas administrativas e procedimentos ainda não concluídos.

Cada eixo foi desdobrado em apontamento de problemas específicos e na sugestão de medidas que poderiam reduzir as ameaças, como sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorização dos problemas para produção do relatório do SINAB

Categoria	Problema Identificado	Medida de Mitigação Sugerida
Usuários	Contagem manual de projéteis, estojos e casos na fila de inserção, suscetível a erro.	Determinação de obrigatoriedade de levantamento e registro no sistema, no último dia de cada semestre
	Dificuldade dos servidores em identificar armas artesanais no momento do recebimento.	Treinamento técnico para diferenciação de armas convencionais e artesanais.
Sistemas Institucionais/Governança da Informação	Impossibilidade de consulta direta sobre peças recebidas e analisadas; dependência de consultas à GEIN.	Criação de painel de consulta no ODIN e ajuste do Qlik Sense; treinamento dos usuários.
	Falta de acesso fácil às informações sobre armas examinadas; dados dispersos.	Atualizar painéis para permitir extração direta de dados; acesso facilitado.
	Falta de contabilização automática de laudos periciais de coincidência de perfis balísticos.	Acrescentar funcionalidade para contagem de laudos por tipo, no painel de perícias.
	Ausência de registro de peças de manufatura aditiva (impressão 3D) nas armas recebidas.	Criar campo específico para identificação de peças de impressão 3D no exame pericial.
Comitê Gestor do SINAB	Exigência de dados de peças e armas ainda não periciadas, prejudicando a precisão dos relatórios.	Sugerir adequação do momento de coleta de dados para "armas analisadas".
	Exigência de dados de peças e armas ainda não periciadas, prejudicando a precisão dos relatórios.	Sugerir adequação do momento de coleta de dados para "armas analisadas".
Sistemas/Usuários	Registro inadequado de armas de forças de segurança no ODIN.	Modificar campos de registro no sistema; treinamento específico dos servidores.
	Dificuldade em determinar armas elegíveis para o BNPB no momento do registro.	Criar exame específico para armas elegíveis e capacitar servidores para correto registro.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A análise das questões do formulário-base, cujas respostas embasam o relatório semestral do SINAB, revelou que as dificuldades no preenchimento decorrem, em sua grande parte, da impossibilidade de acesso autônomo às informações essenciais. Tratando-se assim de problemas com origem no sistema institucional. No entanto, outras dificuldades recaíram sobre os usuários e sobre a abordagem do próprio Comitê Gestor.

Ainda que os problemas identificados envolvam diferentes agentes e estruturas, a análise inicial indicou uma concentração significativa de gargalos na dimensão estrutural dos sistemas institucionais, especialmente no que diz respeito à governança da informação, ao acesso estratégico a dados e à falta de integração entre ferramentas. Desse modo, a discussão proposta neste capítulo, ainda que considere os três eixos categorizados, se concentrará na categoria “Sistemas Institucionais/Governança da Informação”, por ser aquela que melhor explica a natureza e a abrangência dos obstáculos enfrentados.

Embora o sistema de gerenciamento de informações criminalísticas da SPTC-GO - ODIN - armazene a maioria dos dados necessários, não é possível que a extração seja feita diretamente, pois não há um painel dedicado no sistema, onde os usuários possam acessar tais informações. A correção desse problema exigiria intervenção da Gerência de Inovações (GEIN/SSP-GO) para disponibilização dos dados.

A partir da categorização dos principais problemas identificados nas etapas iniciais de confecção do relatório, foram realizadas as entrevistas estruturadas com Administrador Estadual do SINAB em Goiás e com o Coordenador do Comitê Gestor Nacional do SINAB. Essa etapa teve como objetivo aprofundar as questões levantadas, à luz das dificuldades observadas pelo gestor local e esclarecer pontos críticos sobre o funcionamento geral do sistema e a finalidade do relatório semestral.

4.2. Entrevista com Administrador Estadual de Goiás: identificação dos problemas e apontamento das consequências

A partir da entrevista realizada com o administrador estadual do SINAB em Goiás, foram identificadas dificuldades relacionadas ao uso dos sistemas tecnológicos disponíveis,

especialmente o sistema institucional ODIN e a ferramenta Qlik Sense. Segundo relatado pelo entrevistado, o ODIN apresenta limitações quanto à autonomia de acesso aos dados. Já a ferramenta Qlik Sense, indicada pela GEIN/SSP-GO para ser utilizada na análise e visualização de dados, foi considerada subutilizada, não necessariamente por ausência de capacidade técnica, mas por falta de informação institucional sobre sua disponibilidade e função no processo de geração de relatórios. A lacuna no fluxo de comunicação entre os níveis de gestão contribui para a falta de articulação com o uso dessa ferramenta. Esse cenário narrado pelo gestor, impacta diretamente o preenchimento de campos fundamentais do formulário-base, como:

- Número de projéteis na fila de inserção no Banco Nacional de Perfis Balísticos (BNPB);
- Quantidade de peças recebidas e não analisadas;
- Armas de fogo recebidas por forças de segurança;
- Identificação de armas artesanais e armas com peças de manufatura aditiva (impressão 3D).

Caso concreto é a redação do relatório de 2024. Diante da dificuldade de acesso aos dados, foi realizada a solicitação formal de apoio e de disponibilização dos dados no início de fevereiro de 2025. Contudo, em resposta, o administrador foi orientado a utilizar um sistema de *Business Intelligence* utilizado pela Secretaria de Segurança Pública, o Qlik Sense, para o qual sequer havia acesso concedido. A habilitação de acesso foi concedida restando dez dias para o prazo final de entrega do relatório. Assim, além de não haver comunicação clara institucional sobre a existência da ferramenta ou sua expectativa de uso, também não foi ofertado treinamento ou suporte técnico para utilização da plataforma, cujo uso exige conhecimentos específicos, dificultando ainda mais a obtenção autônoma dos dados. Segundo o administrador local, a rastreabilidade dos pedidos de acesso aos dados e plataformas ficou registrada formalmente em processos eletrônicos. Porém, sem acesso ágil, as centrais do SINAB em Goiás viram-se dependentes de sucessivas solicitações formais de dados, o que comprometeu a tempestividade e a completude das respostas ao Comitê Gestor.

Também foi apontado que o volume expressivo de vestígios recebidos pelas unidades se torna um entrave à contagem manual dos dados, exigindo soluções informatizadas que, no entanto, não estavam adequadamente acessíveis.

A análise detida dos problemas relacionados ao preenchimento do formulário-base SINAB no estado de Goiás, evidenciou dificuldades que impactam diretamente no preenchimento de campos estratégicos do formulário, conforme sintetizado no Quadro 2.

Quadro 2 – Campos do formulário SINAB impactados pelas dificuldades de acesso a dados e atuação dos usuários

Campo do Formulário SINAB	Dificuldade Identificada	Consequência na Resposta
Número de projéteis na fila de inserção no Banco Nacional de Perfis Balísticos (BNPB)	Informação não disponível diretamente no ODIN; dependência de consulta à GEIN via Qlik Sense.	Risco de dados incompletos ou desatualizados.
Número de estojos na fila de inserção no BNPB	Informação não disponível diretamente no ODIN; dependência de consulta à GEIN via Qlik Sense.	Possibilidade de erro na contabilização manual.
Número de peças recebidas no laboratório e ainda não analisadas	Falta de painel no sistema para consulta direta; acesso dificultado no Qlik Sense.	Atraso na obtenção dos dados e risco de inconsistência.
Número de armas de fogo recebidas de forças de segurança	Campo no ODIN inadequado ("arma da Polícia Militar" apenas); necessidade de ajuste manual.	Subnotificação de armas de outras forças de segurança.
Número de armas de fogo artesanais recebidas	Dificuldade de identificação por servidores administrativos sem capacitação específica.	Registro inconsistente e comprometimento da precisão.
Número de armas com peças produzidas por manufatura aditiva (impressão 3D)	Ausência de campo específico no ODIN; dependência de análise técnica posterior.	Impossibilidade de levantamento no momento do registro.
Número de auxílios à investigação (laudos de coincidência) emitidos	Painel de perícias não discrimina quantidade de laudos; apenas número de vestígios.	Dificuldade de contabilização exata de laudos emitidos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Com base nas entrevistas e análises realizadas, foi possível consolidar os principais pontos críticos identificados em cada uma das categorias analisadas. O quadro a seguir sintetiza esses problemas, relacionando-os com seu impacto direto na produção do relatório do SINAB e com o potencial de mitigação com ações de curto ou médio prazo.

Quadro 3 – Síntese dos problemas categorizados e relação com seu impacto e mitigação

Categoria	Problemas Identificados	Ameaça ao Relatório	Potencial de Mitigação
Usuários	- Dificuldade de identificar armas	Erros de classificação e subnotificação	Alto (capacitação técnica)

	artesanais - Contagem manual		
Sistemas Institucionais	- Falta de acesso direto ao Qlik - Ausência de campos no ODIN - Painéis incompletos	Atrasos e dados incompletos	Baixo (depende de governança e TI)
Comitê Gestor	- Exigência de dados não periciados - Ausência de diretrizes padronizadas	Sobrecarga e insegurança nos envios	Médio (revisão de critérios)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Os dados revelaram problemas atribuíveis à atuação dos usuários finais dos sistemas, tais como a contagem manual de vestígios e a dificuldade de identificação de armas artesanais ou com peças impressas. Embora relevantes, tais dificuldades têm um caráter operacional e, em tese, poderiam ser mitigadas com ações pontuais de capacitação, elaboração de roteiros operacionais e melhoria na rotina de triagem. Nesse sentido, não foram consideradas como o principal obstáculo à produção do relatório, mas como sintomas de uma falta de padronização e de processos de aprendizagem institucional contínua.

Em relação aos problemas cuja origem relaciona-se à atuação do próprio Comitê Gestor, a análise das questões do formulário-base, bem como das respostas fornecidas pelo administrador local do SINAB durante a entrevista, forneceu elementos para subsidiar e conduzir a entrevista com o Coordenador do Comitê Gestor Nacional do SINAB.

4.3. Entrevista com o Coordenador do Comitê Gestor Nacional do SINAB

A etapa seguinte da análise foi composta pela realização de uma entrevista estruturada com o Coordenador do Comitê Gestor Nacional do SINAB, com o objetivo de compreender o propósito da coleta de dados exigida nos relatórios anuais e os critérios que poderiam subsidiar a identificação de centrais estaduais com desempenho destacado. A partir dessa entrevista, obteve-se a autorização para acesso aos dados consolidados das 40 unidades integrantes do SINAB, com a condição de que sua divulgação ocorresse de forma anonimizada, preservando a identidade individual de cada central.

Durante a entrevista, o coordenador esclareceu que o principal objetivo da coleta de dados não é obter um levantamento estatístico preciso, mas sim compor um panorama geral da atuação das centrais. A intenção do Comitê Gestor é captar dados médios que revelem a dimensão do trabalho realizado, permitindo orientar diretrizes de gestão, identificar gargalos operacionais e propor ações de suporte às unidades. A abordagem adotada prioriza, portanto, uma noção de grandeza que represente tendências gerais, em vez de números exatos que exigiriam estruturas analíticas mais sofisticadas.

A resposta oferecida pelo coordenador nacional, tratando o relatório SINAB como instrumento de gestão mais de natureza política do que técnica, também é uma observação constante em estudos sobre os sistemas de informação em segurança pública. Ferreira e Kadind (2022), ao analisarem o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP), destacaram que a heterogeneidade entre os sistemas estaduais compromete a consolidação de dados nacionais, o que impacta negativamente a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. No entanto, apontam que, mesmo com falhas, sistemas como o SINESP continuam sendo valiosos para delinear cenários de atuação e orientar diretrizes estratégicas.

Ainda durante a entrevista com o coordenador nacional, foram abordadas as dificuldades enfrentadas pelas unidades no fornecimento de determinadas informações solicitadas pelo formulário, especialmente aquelas exigidas no momento da entrada dos vestígios no sistema. O Comitê reconheceu que essas informações podem apresentar falhas de preenchimento, uma vez que, em muitos estados, o registro inicial é realizado por servidores administrativos que não possuem formação técnica específica para identificação de elementos balísticos. Apesar disso, segundo o coordenador, o registro na entrada continua sendo considerado fundamental para que o relatório reflita não apenas os dados de produção efetiva, mas também o passivo de trabalho acumulado. O registro apenas no momento da conclusão do exame comprometeria a visualização da demanda reprimida, dificultando o dimensionamento real da carga de trabalho das unidades.

A explicação do Comitê Gestor de que o relatório SINAB busca compor um panorama geral — e não apresentar dados estatísticos com precisão absoluta — aponta para uma concepção legítima de gestão orientada por tendências agregadas. No entanto, essa diretriz não elimina a necessidade de que os critérios solicitados às unidades estejam alinhados às condições operacionais concretas. A inclusão de dados referentes a peças ainda não periciadas, por exemplo, pode gerar desafios na compilação das respostas, sobretudo diante de estruturas locais que operam com

restrições de tempo e recursos. Tal situação reforça a importância de um alinhamento mais próximo entre a demanda central e as realidades institucionais regionais. Conforme argumenta Davenport (1998), a efetiva utilização do conhecimento depende não apenas da sua geração, mas também de sua fluidez, contextualização e capacidade de ser mobilizado pelas estruturas que o produzem.

Com base nesses esclarecimentos e na análise das respostas ao formulário-base, foi possível selecionar centrais estaduais que, dentro desse modelo de avaliação, apresentaram considerável completude nas respostas e entregaram os dados dentro do prazo previsto, mesmo operando com volumes relevantes de vestígios.

4.4 Entrevista com centrais estaduais de destaque

Para a seleção das unidades do SINAB consideradas bem-sucedidas na produção dos relatórios anuais, inicialmente foram adotados os critérios objetivos de relatório totalmente respondido e de celeridade na entrega das informações. No entanto, para garantir maior rigor metodológico e evitar possíveis distorções na análise, considerou-se também o volume de vestígios processados por cada unidade, uma vez que unidades com baixa demanda poderiam alcançar bons resultados apenas por meio de contagens manuais, o que não refletiria práticas de gestão de informação escaláveis ou automatizadas.

A partir dos critérios estabelecidos — relatório totalmente respondido, celeridade na entrega das informações e unidade com volume significativo de vestígios processados —, foram selecionadas centrais estaduais do SINAB consideradas bem-sucedidas no cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor Nacional. Ademais, buscou-se mitigar outros potenciais vieses, como diferenças significativas na infraestrutura tecnológica e de pessoal entre as unidades, a existência de apoios externos que pudessem influenciar os resultados e a adequação do contexto operacional das centrais selecionadas à realidade enfrentada pela SPTC-GO. Dessa forma, a escolha das centrais-modelo baseou-se não apenas no desempenho formal no preenchimento do relatório, mas também na compatibilidade estrutural e operacional com o cenário estudado, de modo a garantir a aplicabilidade das práticas analisadas.

Foram selecionadas três unidades, denominadas neste trabalho como **Central A**, **Central B** e **Central C**, respeitando a condição de anonimato estabelecida pelo Comitê Gestor para divulgação de dados individuais. O objetivo das entrevistas com essas unidades foi identificar os

métodos adotados por elas no processo de organização das informações e elaboração dos relatórios anuais, com vistas à construção de um referencial de boas práticas aplicável ao contexto de Goiás. Para tanto, foi adotado um roteiro único de entrevista, com perguntas concentradas em dois eixos temáticos: (i) sistemas de criminalística utilizados e (ii) uso de ferramentas adicionais de gestão da informação.

A **Central A** relatou utilizar sistemas de apoio à gestão já há mais de uma década, embora não se trate de um sistema específico para criminalística. A consulta direta aos dados de balística não é plenamente acessível aos administradores locais, sendo necessária a solicitação à equipe de inteligência responsável pelo banco de dados institucional. No entanto, essa limitação é parcialmente compensada pelo envio periódico de relatórios consolidados com dados de balística, os quais são disponibilizados pela equipe de inteligência, em intervalos regulares, geralmente a cada seis meses. Tal prática demonstra um fluxo institucional de suporte contínuo à unidade, ainda que a autonomia técnica dos administradores para consultas diretas seja limitada.

A **Central B** apresentou uma estrutura de gestão mais consolidada, com um sistema próprio que contempla as principais informações necessárias para a elaboração do relatório semestral do SINAB. O acesso ao sistema é segmentado conforme o perfil de atuação dos servidores: peritos com funções administrativas possuem maior nível de acesso, incluindo a possibilidade de realizar consultas estatísticas diretamente no banco de dados, enquanto os peritos que atuam exclusivamente na atividade técnica não têm acesso a esses módulos.

A unidade relatou que consegue extrair informações relevantes, como o número de vestígios elegíveis ao Banco Nacional de Perfis Balísticos, por meio de filtros aplicados diretamente no sistema. Entre os filtros utilizados estão a tipificação dos casos — critério fundamental para definição da elegibilidade — e o cruzamento com registros de casos em aberto em determinado período, o que permite o levantamento preciso de materiais ainda em análise. A Central B também desenvolveu internamente sistemas de apoio voltados à gestão de dados específicos, especialmente no que diz respeito ao controle de materiais custodiados na unidade. Essa estrutura paralela complementa o sistema principal e garante maior controle sobre as informações processuais e logísticas, melhorando a capacidade de resposta da unidade às exigências do Comitê Gestor.

A **Central C** demonstrou uma abordagem mais autônoma e adaptativa no gerenciamento das informações, utilizando um sistema de controle interno desenvolvido pela própria seção de

balística, com foco na gestão dos vestígios em trâmite no laboratório. Embora o sistema não tenha integração com ferramentas mais amplas de *Business Intelligence* ou bases institucionais maiores, permite um acompanhamento eficaz da movimentação interna dos materiais.

A unidade relatou que realiza a contagem manual dos casos pendentes de análise vinculados ao SINAB, utilizando extrações periódicas de dados convertidas em planilhas no Excel. A partir dessas planilhas, os servidores conseguem organizar e cruzar as informações necessárias para atender às exigências do relatório semestral. Embora essa metodologia demande maior esforço manual e cuidado na manipulação dos dados, ela tem se mostrado eficaz dentro do volume de trabalho da unidade e da estrutura disponível.

A análise cruzada das informações obtidas com as centrais A, B e C, somadas aos dados levantados nas unidades de Goiás, revela a existência de desafios recorrentes relacionados à obtenção e apresentação dos dados exigidos no relatório semestral do SINAB. Ainda que os graus de maturidade tecnológica e organizacional variem entre as unidades, alguns problemas estruturais se repetem, independentemente do nível de informatização ou da autonomia local. Essa realidade não é isolada. Conforme Santos (2023), a efetividade das políticas de segurança pública depende fortemente da produção e análise sistemática de informações qualificadas. A lacuna entre a existência de sistemas e sua aplicação analítica estratégica representa uma ruptura na cadeia da inteligência pública.

Um dos principais pontos em comum é a ausência de acesso direto e simplificado aos dados estratégicos por parte dos administradores locais. Na Central A, as informações precisam ser solicitadas à equipe de inteligência; na Central B, o acesso é restrito a servidores com perfil administrativo; e na Central C, não há sistema automatizado — os dados são extraídos e trabalhados manualmente em planilhas. Na unidade de Goiás, a situação guarda semelhanças com a dependência de solicitações formais à Gestão de Informação e o uso de ferramenta (Qlik Sense) de difícil manuseio e sem oferta de treinamento adequado. Em todos os casos, a falta de autonomia dos usuários na extração de informações compromete a agilidade e a tempestividade na produção do relatório.

A dificuldade de extração autônoma e padronizada de dados balísticos pelas unidades estaduais é um reflexo de um problema estrutural. O relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023) reforça que a baixa interoperabilidade dos sistemas e a falta de padronização

no registro dificultam não apenas o monitoramento das ações, mas também a *accountability* institucional.

Essa convergência de dificuldades entre unidades tecnicamente distintas sugere que a fragilidade não se limita à qualidade dos sistemas em si, mas à ausência de uma arquitetura nacional de gestão do conhecimento que articule diretrizes, integração e usabilidade. Nesse contexto, como defendem Marchand et al. (2001), a disponibilidade de informação só gera valor quando alinhada a uma cultura gerencial de uso, independentemente da plataforma tecnológica disponibilizada.

Outro ponto comum é a segmentação das permissões de acesso aos sistemas, observada. Ainda que o controle de perfis seja positivo para segurança da informação, em muitos casos ele cria barreiras operacionais para os administradores, que dependem de intermediários ou departamentos específicos para obter os dados necessários. A tensão entre a segurança da informação e a necessidade de acesso estratégico é tema frequente na literatura de governança (Steuperaert et al., 2024). A dificuldade em equilibrar controle e usabilidade, como visto no caso da SPTC-GO, pode comprometer a agilidade gerencial e a produção de inteligência organizacional.

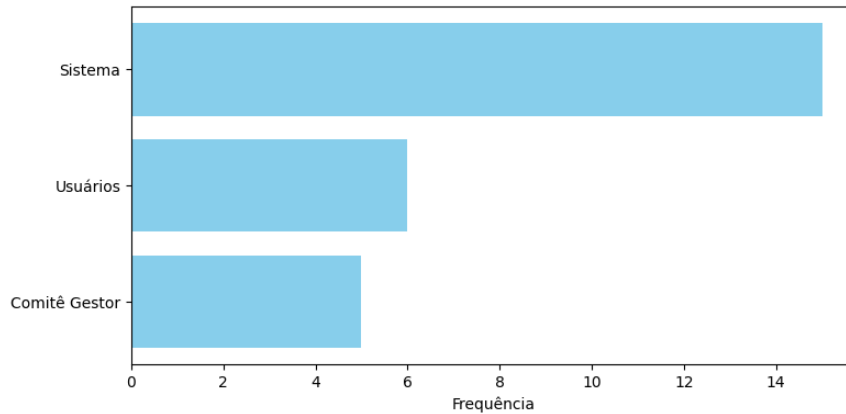
4.5 Delimitação analítica e aprofundamento da problemática institucional

Para qualificar a escolha metodológica de concentração da análise, na categoria “Sistemas Institucionais”, procedeu-se a um levantamento das perguntas constantes no formulário do relatório SINAB que exigem a produção de dados estatísticos — aquelas que demandam extrações quantitativas a partir dos sistemas internos da SPTC-GO. Das 17 perguntas identificadas com esse perfil, 15 apresentaram entraves categorizados como relacionados à estrutura dos sistemas institucionais, enquanto 6 envolveram dificuldades atribuíveis aos usuários e 5 foram afetadas por problemas de alinhamento com o Comitê Gestor. Apenas 2 perguntas não apresentaram nenhum obstáculo relevante para seu preenchimento. Cabe observar que algumas perguntas acumulam mais de uma fonte de problema, como é o caso de questões que exigem interação entre o operador direto e o sistema de extração de dados.

Os gráficos a seguir (Figura 1 e Figura 2) evidenciam de forma visual essa distribuição e sobreposição, reforçando a predominância de falhas relacionadas à governança da informação e à

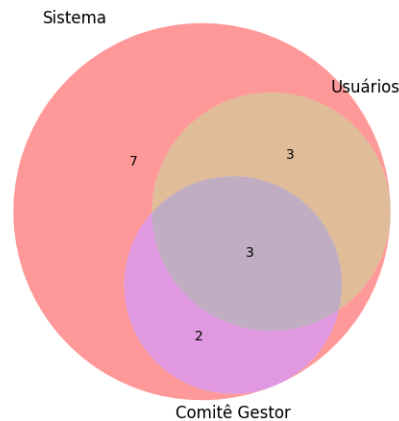
estrutura tecnológica institucional, o que justifica o recorte adotado para aprofundamento da análise.

Figura 1 – Frequência dos problemas identificados nas perguntas quantitativas do relatório do SINAB, por categoria



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Figura 2 – Sobreposição de categorias



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Em que pese a identificação de problemas relacionados aos usuários do sistema e à estrutura de exigências do Comitê Gestor, a análise dos dados revelou uma concentração significativa das dificuldades na esfera dos Sistemas Institucionais. O volume e a profundidade dos entraves verificados nessa categoria, especialmente no que diz respeito à governança da

informação, acesso aos dados, ausência de integração e falhas no fluxo de comunicação entre os setores, revelaram uma complexidade estrutural que impacta de forma mais direta e abrangente a produção dos relatórios do SINAB.

Os problemas atribuídos aos usuários, como a dificuldade de identificar armas artesanais ou a dependência de contagem manual, foram considerados relevantes, mas secundários em relação à incapacidade estrutural de obtenção, organização e cruzamento dos dados. São dificuldades que, embora reais, poderiam ser mitigadas com ações pontuais de capacitação técnica e ajustes operacionais. Da mesma forma, as exigências do Comitê Gestor — como a solicitação de dados de peças ainda não periciadas — foram reconhecidas como desafiadoras, mas representam um problema mais de alinhamento institucional e expectativa do que de limitação estrutural propriamente dita.

Nesse contexto, o foco na categoria “Sistemas Institucionais/Governança da Informação” não representa uma omissão dos demais fatores, mas uma escolha metodológica orientada pela centralidade dessa dimensão nos resultados observados. Os dados demonstraram que, mesmo com servidores capacitados e conscientes da importância dos dados, a ausência de mecanismos de governança, de acesso autônomo e de clareza institucional impossibilita o cumprimento tempestivo e completo das exigências do relatório.

A literatura em governança da informação corrobora essa interpretação. Alavi e Leidner (2001) defendem que, sem mecanismos claros de fluxo de informações e responsabilidades, mesmo os sistemas mais robustos se tornam inócuos. A ausência dessa governança limita tanto a usabilidade quanto a disponibilidade estratégica dos dados — exatamente o tipo de barreira observada nas centrais A, B e C. De forma semelhante, Steuperaert et al. (2024) argumentam que a efetividade da informação depende de uma estrutura holística de processos e acessos, articulada com os objetivos organizacionais. A ausência dessa estrutura — como evidenciado no caso da SPTC-GO — compromete o uso estratégico dos dados, ainda que os recursos técnicos estejam disponíveis.

Dessa forma, este estudo optou por aprofundar a problemática relacionada aos sistemas institucionais, sem descartar, todavia, a importância dos demais eixos como pontos de alerta para futuras investigações ou ações corretivas complementares.

Para qualificar a posição atual da unidade analisada no que se refere à gestão da informação, recorre-se aqui à noção de “maturidade informacional”. Segundo modelos de *Business*

Intelligence aplicados à administração pública, a maturidade da informação refere-se ao grau em que os dados disponíveis são coletados, organizados, acessados e utilizados de forma eficaz para subsidiar decisões estratégicas. Conforme Borodako, Berbeka, Rudnicki e Lapczynski (2023), a integração entre orientação para inovação, gestão do conhecimento e prontidão tecnológica é essencial para alcançar níveis superiores de desempenho informacional, especialmente em setores intensivos em dados como o de serviços públicos especializados. O quadro a seguir posiciona a central de Goiás em uma escala de quatro níveis de maturidade, com base nos dados levantados durante a pesquisa.

Quadro 4 – Níveis de maturidade da informação aplicada ao caso da SPTC-GO.

Nível de Maturidade	Descrição	Exemplos práticos observados
1. Dados manuais	Dados dispersos, coletados sem padronização	Contagens manuais; planilhas paralelas
2. Sistemas isolados	Sistemas robustos, mas sem integração nem acesso fluido	ODIN e Qlik Sense não articulados
3. Governança parcial	Acesso parcial, com alguns fluxos definidos	Relatórios internos com lacunas
4. BI orientado à gestão	Uso estratégico e integrado das ferramentas para tomada de decisão	Situação desejada, mas ainda não alcançada

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A gestão da informação em segurança pública no Brasil enfrenta desafios estruturais semelhantes aos observados neste estudo. Trabalhos como o de Moreira e Bax (2024), ao analisarem o modelo de inteligência de segurança de Minas Gerais, demonstram a relevância da articulação entre inovação, fluxos informacionais e políticas institucionais para transformar dados operacionais em inteligência estratégica. Essa articulação, entretanto, ainda é frágil em diversos estados, como se observa na estrutura da SPTC-GO.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo identificar os principais entraves enfrentados pela Superintendência de Polícia Técnico-Científica do Estado de Goiás (SPTC-GO) para o

preenchimento do relatório semestral do Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB), com foco na governança da informação e no uso institucional dos sistemas disponíveis. A partir da análise do formulário-base do relatório do Comitê Gestor, entrevistas com gestores SINAB estaduais e nacionais, e comparação com centrais de destaque de outras unidades federativas, foi possível identificar uma série de dificuldades estruturais e operacionais que impactam negativamente a capacidade da unidade de produzir dados estratégicos de forma tempestiva, completa e autônoma.

Apesar das limitações observadas — especialmente no que diz respeito à dificuldade de acesso aos dados, à dependência de intermediários para extrações específicas e à ausência de clareza nos fluxos institucionais —, foi possível destacar que a SPTC-GO apresenta um grande potencial técnico. O Sistema de Informações de Criminalística (ODIN), desenvolvido internamente, é uma ferramenta robusta, voltada ao registro e rastreabilidade de vestígios periciados, com alto nível de detalhamento e padronização. Como exemplo, o ODIN incorpora campos de preenchimento obrigatório nos exames de eficiência de arma de fogo que permitem o armazenamento de dados estruturados importantes, especialmente no que tange a armas de fogo e munições.

Adicionalmente, a disponibilidade da ferramenta de *Business Intelligence* Qlik Sense configura uma vantagem estratégica, possibilitando a análise dinâmica de grandes volumes de dados por meio de filtros customizáveis e painéis interativos. Tal recurso, se plenamente operacionalizado, permitiria não apenas o atendimento célere às demandas do Comitê Gestor do SINAB, mas também o uso analítico interno voltado à gestão pericial, planejamento de recursos e transparência institucional.

No entanto, o estudo revelou que a central do SINAB em Goiás ainda não alcançou um estágio de maturidade em gestão da informação que lhe permita explorar todo o potencial de suas ferramentas. O principal obstáculo identificado não reside na ausência de dados ou nas limitações técnicas dos sistemas, mas sim na falta de um sistema estruturado de governança da informação. Mais do que a segmentação de acessos em si, o que se evidenciou foi a descontinuidade da informação institucional: gestores e servidores desconheciam a existência ou a funcionalidade da ferramenta de *BI* disponibilizada (Qlik Sense), o que comprometeu sua utilização para fins estratégicos. A ausência de fluxos de comunicação estruturados entre as áreas técnicas e administrativas contribuiu para esse distanciamento, revelando a necessidade de reforço na governança da informação e no alinhamento interno sobre o uso dos sistemas disponíveis.

Assim, em relação ao primeiro objetivo específico, de compreender o funcionamento dos sistemas utilizados pelas centrais de destaque nacional, a análise das entrevistas realizadas (Centrais A, B e C) permitiu compreender a diversidade de soluções tecnológicas adotadas para a organização e extração de dados necessários aos relatórios do SINAB. Observou-se que, embora nem todas utilizem sistemas específicos de criminalística, há esforços locais de adaptação e desenvolvimento de ferramentas de apoio à gestão da informação. A Central B apresentou o modelo mais estruturado, com segmentação de perfis de acesso e cruzamento automatizado de dados, enquanto a Central C se apoia em mecanismos manuais e planilhas de controle. Esses achados evidenciam que o bom desempenho dessas unidades está mais relacionado à capacidade organizacional de mobilizar os recursos disponíveis do que à adoção de uma plataforma única e padronizada.

No tocante ao segundo objetivo, de identificar necessidades de aprimoramento dos sistemas institucionais e capacitação dos usuários, no caso da unidade de Goiás, a pesquisa identificou que, embora o sistema ODIN represente uma plataforma robusta e tecnicamente adequada para o registro de vestígios, sua utilização plena é limitada pela ausência de capacitação contínua e por entraves no fluxo de acesso às informações. A utilização do Qlik Sense como ferramenta complementar de *Business Intelligence* representa uma força para a central de Goiás, mas o desconhecimento da ferramenta por parte dos usuários e a dependência de setores intermediários para extração de dados comprometem sua efetividade, representando uma ameaça. Esses achados reforçam a necessidade de investimentos em formação técnica dos servidores e no aprimoramento dos fluxos internos de informação, de forma a garantir maior autonomia, agilidade e segurança na produção dos relatórios.

Por fim, quanto ao terceiro objetivo, de avaliar a pertinência de ajustes nos formulários e exigências do relatório SINAB, considerando o fluxo pericial, a entrevista com o coordenador do Comitê Gestor Nacional do SINAB foi fundamental para compreender a lógica da coleta de dados exigida nos relatórios semestrais. Constatou-se que o objetivo da coleta é construir um panorama médio da atuação das centrais, e não uma estatística precisa, o que valoriza os registros feitos ainda na entrada dos vestígios, mesmo que sujeitos a inconsistências. No entanto, as análises indicaram que parte das informações solicitadas depende de informações obtidas apenas após a realização da perícia, ou que demandam extrações complexas e não automatizadas. Nesse sentido, a revisão de determinados campos do formulário, considerando as limitações operacionais das unidades e o

estágio dos exames periciais, pode contribuir para a obtenção de dados mais consistentes e alinhados à finalidade estratégica do relatório.

Nesse sentido, este trabalho reafirma a importância de se compreender os relatórios do SINAB não apenas como instrumentos operacionais ou burocráticos, mas como peças fundamentais da inteligência institucional em segurança pública. A produção dessas informações deve ser compreendida como um processo contínuo e integrado, e não como uma atividade reativa, marcada por dificuldades pontuais de extração de dados.

Por fim, a central do SINAB em Goiás reúne condições técnicas para se tornar referência nacional, desde que sejam superadas as barreiras estruturais aqui discutidas. A revisão dos fluxos de acesso, a adoção de políticas de capacitação continuada e o fortalecimento da governança da informação podem posicionar a unidade como um modelo de gestão pericial orientada por dados. Mais do que uma meta institucional, trata-se de uma oportunidade concreta de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas de segurança no Brasil, com base em dados técnicos confiáveis, padronizados e estrategicamente mobilizados.

REFERÊNCIAS

- ALAVI, Maryam; LEIDNER, Dorothy E. Knowledge management and knowledge management systems: Conceptual foundations and research issues. **MIS quarterly**, p. 107-136, 2001.
- ANTUNES, Fábio Moschen et al. Informação como apoio para tomada de decisão de gestores públicos de saúde. **Revista de Administração em Saúde**, v. 21, n. 82, 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BORODAKO, Krzysztof et al. The impact of innovation orientation and knowledge management on business services performance moderated by technological readiness. **European Journal of Innovation Management**, v. 26, n. 7, p. 674-695, 2023.
- BRASIL. Decreto n.º 10.711, de 2 de junho de 2021. Institui o Banco Nacional de Perfis Balísticos, o Sistema Nacional de Análise Balística e o Comitê Gestor do Sistema Nacional de Análise Balística. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, 159, n. 103-B, p. 3, 4 jun. 2021.
- CAPUANO, Ethel Airton. Construtos para modelagem de organizações fundamentadas na informação e no conhecimento no serviço público brasileiro. **Ciência da Informação**, v. 37, p. 18-37, 2008.
- DAVENPORT, Thomas H. **Conhecimento empresarial**. Elsevier Brasil, 1998.
- ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Gestão inteligente de dados**. Módulo 3. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/5008/3/M%c3%b3dulo%20%20-%20Gest%c3%a3o%20inteligente%20de%20Dados.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- FERREIRA, Bilmar Angelis de Almeida; KADIND, Charles Mulang. Gestão de informações criminais em segurança pública: estudo do sistema SINESP sobre a percepção de seus gestores. 2022.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2025.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 123-144, 2015.
- MARCHAND, Donald A.; KETTINGER, William J.; ROLLINS, John D. **Information orientation: The link to business performance**. Oxford University Press, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. O desafio do conhecimento. **Pesquisa qualitativa em saúde**, v. 14, p. 408, 2010.

MOREIRA, Renato Pires; BAX, Marcello Peixoto. Inovação e colaboração na inteligência de segurança pública: uma análise do Sistema Estadual de Minas Gerais. **Ciência da Informação Express**, v. 5, p. 1-34, 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

Reisswitz, Flavia. **Análise de Sistemas**. 1ª edição. Volume 1. Joinville: Clube de Autores, 2012.

SANTOS, Felipe Haleson Ribeiro dos. INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS E A SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO CASO. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 4, n. 6, p. e463317-e463317, 2023.

SILVA, Marcelo Isidio da. **O papel dos Sistemas de Informação na gestão estratégica da segurança pública na Paraíba**. 2016. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica na Segurança Pública) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DO ESTADO DE GOIÁS. Manual do Sistema ODIN. Goiânia: SPTC-GO, 2018. [Documento interno].

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DO ESTADO DE GOIÁS. Refatoração do Sistema ODIN: tecnologia e eficiência na Polícia Científica. Disponível em: <<https://www.policiacientifica.go.gov.br/noticias/refatoracao-do-sistema-odin-tecnologia-e-eficiencia-na-policia-cientifica>>. Acesso em: 14 mar. 2025.

STEUPERAERT, Dirk; POELS, Geert; DEVOS, Jan. A Reference Model for Information Quality in an it Governance Context. **Information Systems Management**, p. 1-19, 2025.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. Cortez editora, 2022.

WATSON, Hugh J.; WIXOM, Barbara H. The current state of business intelligence. **Computer**, v. 40, n. 9, p. 96-99, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA – COMITÊ GESTOR DO SINAB

- 1) Quais são as unidades da federação que entregam os dados para o relatório do SINAB com maior completude e celeridade, sendo consideradas bem-sucedidas no cumprimento dessa tarefa?
- 2) Tais unidades possuem sistema informatizado?
- 3) Qual(is) o(s) instrumento(s), esse comitê tem se utilizado para reportar falhas e inconsistências, ou apontar necessidades de melhorias nos relatórios encaminhados pelas unidades estaduais?
- 4) Seria viável coletar alguns dados (por exemplo armas de segurança pública, armas com peças de impressão 3D) relativos a armas examinadas em vez de armas recebidas?

APÊNDICE 2 – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA – ADMINISTRADOR ESTADUAL DO SINAB EM GOIÁS

- 1) Quando foi produzido o último relatório estadual?
- 2) O relatório foi enviado completamente respondido? Em caso negativo, quais informações representam gargalos nesse processo?
- 3) É possível apontar o ator relacionado à dificuldade em obtenção das respostas, considerando a seguinte classificação: usuário (peritos criminais), sistema institucional e Comitê Gestor Nacional? Se sim, relacione.
- 4) O sistema institucional da SPTC - ODIN -, atualmente, coleta todas as informações necessárias para o relatório semestral do SINAB?
- 5) Atualmente, qual a forma de obtenção dos dados que são produzidos pelo sistema ODIN?

**APÊNDICE 3 – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA – ADMINISTRADORES ESTADUAIS
DAS CENTRAIS DESTAQUES**

- 1) Sua força policial possui sistema informatizado de criminalística? Qual?
- 2) Se sim, o sistema apresenta todas as informações necessárias para a produção do relatório do SINAB?
- 3) Em relação à quantidade de peças e casos na fila de inserção, o levantamento é manual?
- 4) É necessário recorrer a outros meios, ou a obtenção das informações coletadas pelo seu sistema são facilmente acessadas por você (ou membros designados da sua equipe) para a produção do relatório?

ANEXOS

ANEXO 1 – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA CIENTÍFICA



Referência: Processo nº 202500016010550

Interessado(a): COORDENAÇÃO DE ENSINO DA SPTC

Assunto: Autorização para pesquisa científica CEGESP 2025.

DESPACHO Nº 748/2025/SSP/SPTC-02891

Trata-se do Ofício n. 9.063/2025-SSP (evento SEI n. [72292422](#)), por meio do qual o servidor policial **ÉRICO CORREIA DE ALCÂNTARA**, Perito Criminal de 2ª Classe, solicita autorização para realizar pesquisa científica como requisito para conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública (CEGESP).

A pesquisa tem como tema "PRODUÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE CRIMINALÍSTICA: A utilização do sistema ODIN na gestão da informação para subsídio da operação do SINAB em Goiás", sob orientação da professora Ma. Bárbara Dumas Santos Silva da Coordenação de Ensino da SSP-GO.

O servidor encaminhou o projeto de pesquisa (72312861), o termo de compromisso e sigilo (72318710) e a declaração de isenção de ônus financeiro (72315644).

O Núcleo de Inteligência, através da Manifestação n. 14/2025-SSP/NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA (evento SEI n. [72601968](#)), posicionou-se favoravelmente à realização da pesquisa. Na mesma linha, a Coordenadoria de Ensino (CEPTC), por meio do Despacho n. 130/2025-SSP/COORDENADORIA DE ENSINO (evento SEI n. [72703111](#)), também manifestou parecer favorável ao desenvolvimento do estudo.

Diante das manifestações favoráveis da CEPTC e do Núcleo de Inteligência, esta Superintendência de Polícia Científica - SPTC **manifesta-se favoravelmente** à pesquisa proposta e defere o pedido de autorização para sua realização, condicionada à apresentação do artigo elaborado à Coordenadoria de Ensino no prazo de até 60 dias após sua conclusão.

Retornem-se os autos à Coordenadoria de Ensino para **ciência** e demais **providências** necessárias.

Goiânia/GO, 03 de abril de 2025.

PC ANTÔNIO CARLOS DE MACEDO CHAVES
Delegação de Competência
Portaria nº 002/2024 (Evento SEI nº 55274268)



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS DE MACEDO CHAVES, Perito (a) Criminal**, em 03/04/2025, às 09:56, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **72795866** e o código CRC **6F0656B8**.



Referência:
Processo nº 202500016010550



SEI 72795866

ANEXO 2 - FORMULÁRIO DO RELATÓRIO DO SINAB

SISTEMA NACIONAL DE ANÁLISE BALÍSTICA - SINAB

Prezados administradores locais,

O Comitê Gestor do SINAB solicita o preenchimento do seguinte formulário, visando o fornecimento de informações atualizadas para o relatório do SINAB.

As informações devem ser preenchidas pelo administrador local do Banco Nacional de Perfis Balísticos (BNPB) e deve ser considerado o período de 01/01/2024 à 31/12/2024.

Como orientação, caso os dados não forem conhecidos ou forem muito incertos, por favor responda com "N"

Para respostas numéricas, não acrescente dígito "0" antes ou pontuação após o número.

Exemplo correto: 1

Exemplo incorreto: 01

Exemplo correto: 12

Exemplo incorreto:12.

Considera-se Central SINAB todo laboratório que dispõe de Sistema de Identificação Balística (SIB) interligado ao BNPB, independentemente se no laboratório o trabalho do SINAB está separado das demais atividades.

Atenciosamente,

Comitê Gestor do Sistema Nacional de Análise Balística.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

2. Nome do responsável pelo preenchimento? *

3. Informe a identificação da central SINAB. *

Exemplo : 004BR SSA

Pular para a pergunta 4

ESTRUTURA

Nesta seção serão solicitadas informações referentes à estrutura total do laboratório.

4. Quantos microscópios comparadores ópticos estão instalados e operantes? *

5. Quantos microscópios comparadores ópticos estão inoperantes (necessitam manutenção)? *

6. Quantos microscópios comparadores virtuais estão instalados e operantes? *
Responder sobre microcomparadores virtuais diferentes dos Sistemas de Identificação Balística (SIB) integrados ao SINAB.

7. Quantos microscópios comparadores virtuais estão inoperantes (necessitam manutenção)? *
Responder sobre microcomparadores virtuais diferentes dos Sistemas de Identificação Balística (SIB) integrados ao SINAB.

8. Quantos *BulletTrax* estão instalados e operantes? *

9. Quantos *BulletTrax* estão inoperantes (necessitam manutenção)? *

10. Quantos *BrassTrax* estão instalados e operante? *

11. Quantos *BrassTrax* estão inoperantes (necessitam manutenção)? *

12. Quantos Matchpoints estão instalados e operantes? *

13. Quantos Matchpoints estão inoperantes (necessitam manutenção)? *

14. Cite os períodos relevantes (mais de uma semana) que seus SIB(s) ficaram inoperantes aguardando manutenção?

Exemplo1: BRX1: Inoperante pelo período de 20/02 até 01/03.

Exemplo2: BUX2: Inoperante desde 04/05.

15. Qual(is) o(s) meio(s) de coleta de padrões? *

Marque todas que se aplicam.

- Tanque de água
- Tanque com fluido
- Tubo/caixa com algodão/estopa
- Outro: _____

16. O setor possui uma Cuba de Ultrassom para limpeza de projéteis *

Obs.: responder não caso possua cuba mas esteja inoperante

Marque todas que se aplicam.

- Sim
- Não

Pular para a pergunta 17

RECURSOS HUMANOS

Nesta seção serão solicitadas informações sobre os recursos humanos disponíveis no laboratório.

17. Qual o regimento de trabalho do laboratório? Especifique quantos dias/ *

horas da semana o laboratório funciona.

Exemplo: segunda a sexta-feira, 7h por di

18. Existe escala extra ou regime excepcional de trabalho em seu laboratório?
Especifique como é este trabalho.
Exemplos: Sim, escala extra com 2 peritos por 12h nos finais de semana para exame de eficácia em armas; ou
Sim, escala extra de 3 peritos por 4h por semana cada, para realizar a inserção de peças no BNPB.

19. Quantos peritos criminais trabalham no laboratório? *

20. Quantos peritos criminais realizam confronto balístico? *

21. Quantos peritos criminais operam as unidades de aquisição do SIB? *

22. Quantos peritos criminais operam a(s) estação(ões) de análise do SIB? *

23. Quantos técnicos (auxiliares ou nomenclatura similar) trabalham no laboratório? *

24. Quantos técnicos (auxiliares ou nomenclatura similar) operam as unidades de aquisição do SIB? *

25. Quantos servidores administrativos trabalham para auxiliar no recebimento e devolução de material? *

Inserção de material no BNPB.

Em relação aos tipos de materiais que a central insere no BNPB.

26. O setor realiza a inserção de material proveniente de IML? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

27. O setor realiza a inserção de material proveniente de unidade de saúde? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

28. Se respondido 'Sim' na questão anterior, em que momento os vestígios recuperados em unidade de saúde são inseridos em envelope de segurança e lacrados?

Marcar apenas uma oval.

- Na unidade de saúde, pela própria equipe médica
- Na unidade de saúde, por servidor público de plantão (como um Agente de Polícia)
- No protocolo do Instituto ou Núcleo de Criminalística
- Na Seção de Balística
- Não são lacrados
- Outro

29. O setor realiza a inserção de material proveniente de local de crime? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

30. O setor realiza coleta e inserção de padrões de armas recebidas para exames, elegíveis de acordo com os critérios do SINAB? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Parcialmente

31. Se selecionado parcialmente para pergunta anterior, especifique quais são inseridos.

32. O setor realiza coleta e inserção de padrões de armas além do protocolo, como por exemplo pelo tipo ou calibre da arma? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Parcialmente

33. Se selecionado sim ou parcialmente para pergunta anterior, especifique quais são inseridos além do protocolo.

Exemplo: todas de calibre 9x19mm e .40S&W

34. Seu laboratório recebe de outros laboratórios de balística do estado, elementos de munição prontos para inserção no BNPB? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

Quantidade de peças recebidas de outros laboratório

Para as próximas duas questões considere todas as peças que foram recebidas prontas, ou seja, em seu laboratório foi (ou será) necessário apenas inserir no BNPB.

35. Quantos projéteis foram recebidos de outros laboratórios prontos para inserção no BNPB?

Considere peças recebidas no período deste relatório.

36. Quantos estojos foram recebidos de outros laboratórios prontos para inserção no BNPB?
Considere peças recebidas no período deste relatório.
-

Diagnóstico da fila para inserção no BNP

Para as próximas três questões considere todas as peças, preparadas por seu laboratório ou recebidas de outros laboratórios, que estão prontas, aguardando em uma fila para inserção no BNPB

37. Quantos casos estão na fila de inserção? *
Considere o quantitativo na fila no último dia deste relatório, 31/12/2024
-

38. Quantos projéteis estão na fila de inserção? *
Considere o quantitativo na fila no último dia deste relatório, 31/12/2024
-

39. Quantos estojos estão na fila de inserção? *
Considere o quantitativo na fila no último dia deste relatório, 31/12/2024
-

DEMANDA - Elementos de munição questionados

Em relação à demanda de elementos de munição questionados (peças), recebidos de local de crime, IML ou hospital, favor responder as questões abaixo.

40. Caso haja registro, quantas peças foram recebidas na central de custódia (ou protocolo do seu Instituto) e ainda não foram encaminhadas para o laboratório (elegíveis ou não para o BNPB)?
Considere peças recebidas no período deste relatório.
-

41. Quantas peças foram recebidas em seu laboratório para exame (elegíveis ou não para o BNPB)? *
Considere peças recebidas no período deste relatório.
-

42. Quantas peças foram analisadas em confronto balístico? (inclua as peças analisadas em confronto prévio e em confronto solicitado, elegíveis ou não para o BNPB) *
Considere peças recebidas em qualquer data, porém analisadas em confronto balístico no período deste relatório (não inclua peças não levados ao cotejo no microscópio - como partes de núcleo ou fragmentos imprestáveis ao exame).
-

43. Quantas peças foram recebidas no laboratório e não foram analisadas desde a integração da central ao SINAB? *
Considere os elementos de munição recebidos e não analisados desde da integração da central ao SINAB.
-

44. Da quantidade de peças informadas no item anterior, quantas são de casos elegíveis para o BNPB?
Considere os elementos de munição recebidos e não analisados desde da integração da central ao SINAB.
-

DEMANDA - ARMAS DE FOGO

Em relação à demanda de armas de fogo recebidas para exame, favor responder as questões abaixo.

45. Caso haja registro, quantas armas de fogo foram recebidas na central de custódia (ou protocolo do seu Instituto) e ainda não foram encaminhadas para o laboratório (elegíveis ou não para o BNPB)?
Considere armas de fogo recebidas no período deste relatório.

46. Quantas armas de fogo foram recebidas para exames no laboratório (elegíveis ou não para o BNPB)? *
Considere armas recebidas no período deste relatório.

47. Das armas de fogo recebidas no período deste relatório, quantas eram armas de forças de segurança? *

48. Das armas de fogo recebidas no período deste relatório, quantas eram armas de fogo artesanais? *

49. Da quantidade de armas informadas no item anterior, quantas apresentavam peças produzidas por manufatura aditiva (impressora 3D)?

50. Quantas armas de fogo foram examinadas (elegíveis ou não para o BNPB)?
Considere armas recebidas em qualquer data porém examinadas no período deste relatório.

51. Quantas armas de fogo foram recebidas no laboratório e não foram examinadas desde a integração da central ao SINAB? *
Considere as armas recebidas e não examinados desde da integração da central ao SINAB.

52. Da quantidade de armas informadas no item anterior, quantas são de casos elegíveis para o BNPB?
Considere as armas recebidas e não examinados desde da integração da central ao SINAB.

Ligações Confirmadas - Informação

Em relação às informações sobre ligações confirmadas, favor responder as questões abaixo.

53. Quantos auxílios a inquéritos policiais foram emitidos como resultado das ligações confirmadas no período deste relatório.
- Para esta resposta, contabilize para cada Laudo de coincidência de perfis balísticos ou Informação emitido a quantos inquéritos eles foram enviados.
- Exemplo1: Um laudo consignou ligação entre casos A e B e por isso foi enviado a duas delegacias, portanto trata-se de 2 auxílios.
- Exemplo 2: Um laudo consignou ligação de caso C a casos A e B, portanto trata-se de 3 auxílios.
- Exemplo 3: Um laudo consignou ligação de projétil do caso A a projétil do caso B e projétil do caso C e de estojo do mesmo caso A a estojos do mesmo caso B, embora isso represente 5 ligações no MPP, foram auxiliados apenas 3 inquéritos, razão pela qual a quantidade de auxílios a inquéritos deste laudo foram 3.
- Obs.: Ao final some a quantidade de auxílios emitidos e informe apenas o número total na resposta abaixo.
-

Outras demandas e questões

54. O seu sistema informatizado de gestão de criminalística registra na entrada de requisição de perícia: *

Marque todas que se aplicam.

- Não possuímos sistema informatizado de gestão de criminalística
- Quantidade de projéteis (ou fragmentos) e estojos recebidos
- Quantidade de armas de fogo recebidas
- Tipo(s) de exame(s) solicitado(s)
- Outro: _____

55. O seu sistema informatizado de gestão de criminalística registra na saída de *
requisição de perícia:

Marque todas que se aplicam.

- Não possuímos sistema informatizado ou este não registra dados da perícia realizada
- Quantidade de elementos de munição periciados
- Dados das armas periciadas que permitiriam relatório trimestral de atualização do SINARM?
- Calibre, tipo, marca, modelo das armas periciadas
- Outro: _____

56. Informe qualquer outra demanda significativa ou situação que impactou a produtividade do setor

Exemplos: 1. foram analisados 10 coletes balísticos ou 30 simulacros de arma de fogo.

2. foi realizada reforma do laboratório, que implicou em setor parado por 60 dias.

3. peritos do laboratório foram convocados para compor escala de equipe de local de crime, implicando em 43 dias a menos de trabalho no laboratório por perito no semestre.

57. Para críticas, explicações sobre ausência de dados, sugestões de melhoria em relação a este questionário, ou qualquer outra questão não tratada anteriormente, informar abaixo.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

